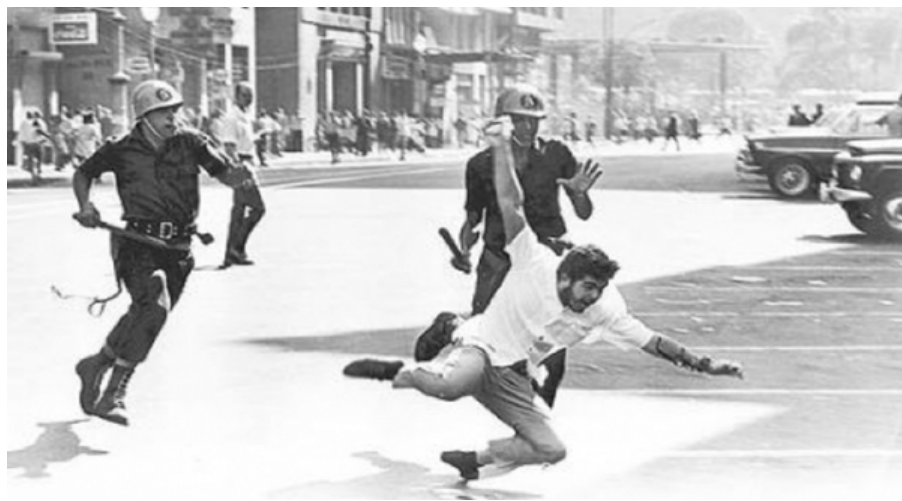




## Os 50 anos do Golpe de 1964: A ditadura acabou, mas a luta continua!

**C**ompleta-se 50 anos do Golpe de 1964 no mesmo ano em que acontece a Copa do Mundo no Brasil. Assim como no período da ditadura militar, nos dias de hoje, o governo utiliza o futebol para apontar que este é o país das maravilhas e o megaevento para justificar a repressão aos movimentos sociais. O resgate da verdade e da memória é fundamental para que a história não se repita.

Nos 21 anos de duração do regime, os trabalhadores e o movimento sindical que lutavam por democracia e liberdade foram alvos dos militares. Sindicatos sofreram intervenções, a



cultura engajada (jornais, livros, músicas etc.) foi censurada, trabalhadores foram perseguidos politicamente,

demitidos, ameaçados de morte, obrigados a fugirem de suas cidades, presos, torturados e mortos.

Com o fim da ditadura, em 1985, os movimentos se organizaram para exigir reparação às vítimas do regime e punição aos torturadores. Após muitos anos de luta, o reconhecimento por parte do Estado e pelo movimento dos trabalhadores veio como uma grande vitória através dos processos de anistia.

A luta pela anistia remete à punição para os agentes de Estado que cometeram crimes durante o regime, os empresários e empresas que o promoveram e financiaram, e também à reparação a todos que lutaram contra ele e foram responsáveis por sua derrubada.

### Criminalização dos movimentos. Quem são os vândalos?

► Tumulto, quebra-quebra, baderna, vandalismo, violência. O que essas palavras tão repetidas pela grande mídia, especialmente pelas organizações Globo e pela revista Veja, têm a ver com a ditadura militar?

### Caso Santiago e suas contradições

No dia 6 de fevereiro de 2014, Santiago Andrade, repórter cinematográfico da Band, foi atingido na cabeça por um rojão quando registrava um protesto contra o aumento da passagem de ônibus no Rio de Janeiro. Foi mais uma vítima fatal das tensões sociais provocadas pelo descaso dos governos com as reivindicações populares.

Como forma de desmoralizar as manifestações, a imprensa e as elites jogaram a responsabilidade da fatalidade para manifestantes e consideraram os suspeitos como adeptos à tática equivocada dos "Black Blocs".

Um conjunto absurdo de contradições permeia o caso.

1. Dois dias depois da morte do cinegrafista, o jovem Fábio Raposo, que não estava procurado, nem considerado foragido, entregou-se voluntariamente à polícia.

2. Fábio foi acompanhado do advogado Jonas Tadeu Nunes, que defende os milicianos, alguns comprovadamente ligados ao PMDB, mesmo partido do governador e do prefeito do Rio de Janeiro, alvos dos protestos.

3. Quando defendia os milicianos, responsáveis pela morte de diversas pessoas em chacinhas, Nunes não entregou nenhum cliente seu em nenhuma delegacia, como fez com o jovem. Além disso, até então, ninguém havia se entregado pela polícia por qualquer crime cometido em protesto.

4. Sem nenhuma prova, o advogado denunciou, através de seu assistente,



Foto: Domingos Peixoto/AFP



que os suspeitos teriam ligação com partidos de esquerda, como PSTU e PSOL.

5. Fábio alegou que apenas entregou o artefato para outra pessoa sem saber do que se tratava. De repente, disse que conhecia alguém e que sabia nome, apelido e CPF do homem que acendeu o artefato.

6. Enquanto as imagens do protesto mostravam um homem branco, com costas largas e com cabelo liso e volumoso, o advogado de miliciano denunciou um negro, magro, com ca-

belo crespo e curto, à polícia.

7. A polícia aceitou que o advogado da parte ré participasse da operação policial para prender o negro, Caio Silva de Souza. O suposto detonador do artefato foi preso na Bahia, pelo delegado e pelo advogado denunciante, que antes haviam ido com a polícia até a casa de sua família para pressioná-la a entregá-lo. Contraditoriamente, Dr. Jonas Nunes também assumiu sua defesa, colocando um suspeito contra o outro.

8. Enquanto o advogado acompanhou as prisões, a Globo conquistou exclusividade para cobrir o caso e noticiou que Caio afirmou que “políticos aliam para manifestações”, pagando R\$150,00 por participante. Políticos pagando manifestantes para fazerem atos de vandalismo? A quais políticos interessa desmoralizar as manifestações? 9. Santiago foi a 10ª pessoa morta em decorrência das manifestações desde a “jornada de junho”, sendo a primeira vez que a culpa foi atribuída a manifestantes. Cinco jornalistas foram mortos no Brasil em 2013 e 114 profissionais da imprensa foram agredidos. O Brasil se tornou o país com o maior número de

jornalistas mortos nas Américas, segundo o relatório anual da organização Repórteres sem Fronteiras (RFS), com sede em Paris. Nenhum desses casos contou com a cobertura que a Globo e a Veja atribuíram ao caso Santiago. 10. No mesmo período, parlamentares pediram regime de urgência para a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 499/2013 que institui o crime de “terrorismo” no país e o Secretário de Segurança do Rio apresenta projeto para Congresso para tipificar também crime de incitação à desordem pública. Os projetos têm como pano de fundo a criminalização dos movimentos sociais e das lutas.



Foto: Bosco Martín / El País

PM detém manifestantes e jornalistas.

As situações que repercutem negativamente os protestos, com destruição do patrimônio privado e público até a recente morte do repórter cinematográfico, lembram episódios dos anos de chumbo, como as explosões no Riocentro.

## ► Rio Centro



Em 30 de abril de 1981, durante a realização de um show para comemorar o Dia do Trabalhador, no complexo do Riocentro, os militares explodiram duas bombas para causar pânico no público presente de quase 20 mil pessoas e na sociedade em geral, com objetivo de atribuir a culpa do atentado à esquerda e justificar o endurecimento da ditadura.

Mas, por algum erro dos agentes da ditadura, uma primeira bomba explodiu no colo do sargento Guilherme do Rosário dentro do carro onde ele estava, no estacionamento do local, matando o militar na hora e deixando gravemente ferido o capitão Wilson Machado. Na mesma noite, outra bomba foi lançada na subestação de eletri-

cidade do complexo, com o objetivo de cortar a energia.

A armação dos militares para criminalizar o movimento foi o primeiro crime do regime militar que passou a ter a tipificação de homicídio doloso, em nova denúncia do grupo Justiça de Transição, do Ministério Público Federal (MPF), após investigação de dois anos.

Como na ditadura, há policiais militares, agentes do Estado e dos partidos de direita e grupos de extrema-direita, infiltrados nos movimentos de esquerda para prejudicá-los. Isso vem sendo denunciado e exibido pela internet, principalmente por meio de vídeos.

Fato interessante aconteceu no protesto do dia 22 de fevereiro de 2014, em São Paulo, quando a Po-

lícia Militar atacou os manifestantes antes mesmo de qualquer tumulto. O Jornal Nacional manipulou imagens, possivelmente antigas, e noticiou que a ação da polícia ocorreu após a confusão e quando mascarados atacaram orelhões e agências bancárias. Porém, o próprio coronel Celso Luiz Pinheiro, afirmou que a repressão policial se deu para antecipar possíveis atos de vandalismo.

“Tivemos que fazer as interseções antes que a ordem fosse quebrada, já que havia iminente e grave possibilidade, segundo os agentes infiltrados”, declarou o coronel. A afirmação do militar mostrou que a violência partiu do Estado e que há sim infiltração.

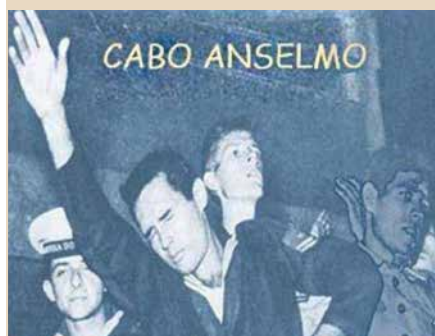
As infiltrações também lembram episódios dos anos de chumbo, como o conhecido caso do Cabo Anselmo.



Foto: Gabriela Bilo/Futura Press

Violência desnecessária da PM contra uma jovem.

## ► Cabo Anselmo



Anselmo ficou conhecido no período da ditadura militar, quando atuou como agente infiltrado das forças de repressão do governo, levando à prisão de diversos militantes de esquerda. Em entrevista ao Programa Roda Vida, o cabo admitiu que pode ter contribuído com a morte de 100 a 200 pessoas.



Soledad Barret

Em 1970, quando Anselmo foi preso pelos militares, em troca da liberdade, delatou perseguidos políticos ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Dops. A lista de denunciados incluía sua esposa e companheira, Soledad Viedma, que estava grávida dele, e que acabou torturada e morta no Recife em 1973, depois de ser entregue ao delegado Fleury.

## A REEDIÇÃO DO AI-5

Propostas gestadas no Congresso e no governo federal representam um grave retrocesso às liberdades democráticas que a sociedade brasileira conquistou e pelas quais muitos pagaram com a vida.

A primeira delas é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 499/2013 que institui o crime de “terrorismo” no país. Assinado pelos parlamentares do PMDB e do PT, senador Romero Jucá (RR) e deputado Cândido Vaccarezza (SP), o projeto foi colocado em regime de urgência a pedido do senador Jorge Viana (PT-AC), aproveitando-se da comoção por parte da opinião pública diante da morte do cinegrafista Santiago Andrade.

Entre os absurdos do PLS 728/11 está a forma como define o ato de terrorismo: “Art. 2º – Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa, por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial ou étnico: Pena – Reclusão de 15 a 30 anos” (punição superior que de homicídio).

Esse conceito é tão vago que uma convocação, via Facebook, de passeata pode ser enquadrada na chamada “Lei Antiterrorismo” e os responsáveis pelo

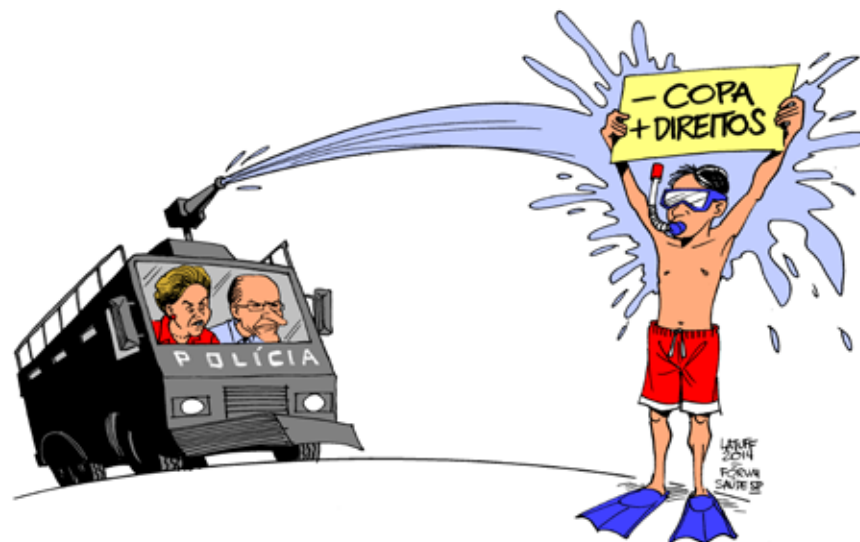
“evento” estão sujeitos à criminalização, porque podem ser interpretados como provocadores de “pânico generalizado”.

Assim como nos anos do regime de exceção, os que se colocam contra o atual estado de coisas são tachados de “terroristas”. Trata-se de uma tentativa de criminalizar as lutas dos trabalhadores, da juventude e do povo de maneira geral a fim de se garantir um clima de tranquilidade para a realização dos grandes eventos, como a Copa do Mundo da Fifa.

Mas, a Copa não é o único fator que leva a essa situação. Empreiteiras e construtoras, grandes empresas e bancos, além de caixa dois de políticos envolvidos estão por trás do conjunto de ações para a realização do megaevento, que vão desde a construção de estádios em detrimento ao investimento nas áreas fundamentais para a população às remoções forçadas e violentas das comunidades que moram no entorno de onde acontecem os jogos.

As propostas de recrudescimento das leis punitivas - o que podemos chamar de AI-5 do século XXI - não tem outro objetivo senão o de frear as manifestações sociais em curso, principalmente após o ascenso dos protestos de massa em junho de 2013.

eletivos federais, estaduais e municipais. A suspensão dos direitos políticos, significava, por exemplo, a suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais, a proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política e a aplicação, pelo Ministério da Justiça, independentemente de apreciação pelo Poder Judiciário, da liberdade vigiada e da proibição de frequentar determinados lugares.



O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT), informou que o governo federal pretende encaminhar uma nova proposta ao Congresso sobre punição a atos violentos nas manifestações.

A nova lei articulada diretamente através do Executivo, com a participação dos secretários de Segurança Pública dos estados (incluindo RJ e SP), promete legitimar ainda mais a repressão contra os protestos. O principal ponto repercutido na imprensa é a proibição de máscaras, como já

ocorre no Rio e em Pernambuco, sob pena de até 10 anos de prisão para quem reincidir no “crime”.

Discute-se ainda outras medidas, como a obrigação de se avisar as autoridades com antecedência quando e onde serão as manifestações e reafirma-se a legitimidade do uso das balas de borracha por parte da polícia, que feriram manifestantes, inclusive fazendo o fotógrafo Sérgio Silva, 32, perder o olho esquerdo ao ser alvejado por um policial militar enquanto cobria um protesto em junho.

## Exército nas ruas e a criação da “Tropa do Braço”

Como se não bastasse, uma portaria assinada no final de 2013 pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, autoriza as Forças Armadas a intervir em conflitos internos. Chamada de “Garantia da Lei e da Ordem”, a portaria autoriza o Exército, Marinha e Aeronáutica agirem em situações como “bloqueio de vias públicas, distúrbios urbanos, paralisação de atividades produtivas, depredação de patrimônio público e invasão de propriedades”. A própria presidente Dilma Rousseff, no dia 19 fevereiro, afirmou publicamente que o Exército pode agir em manifestações contra a Copa do Mundo.

Desde a “jornada de junho”, mais de duas mil pessoas foram detidas pela polícia em atos públicos, presas e indiciadas injustamente enquadradas em crimes como formação de quadrilha, por meio da Lei de Organizações Criminosas e da Lei de Segurança Na-

cional da época da ditadura.

A repressão não para por aí. Em fevereiro de 2014, a PM de São Paulo anunciou a criação de uma “tropa especial”, formada por brutamontes especializados em artes macias, para lidar com as manifestações.

Essa é a resposta que os governos dão às reivindicações do povo nas ruas: repressão e desrespeito aos direitos constitucionais e fundamentais. Enquanto isso, os problemas só aumentam, a violência cresce, principalmente por parte do Estado.



“Tropa do Braço” da PM agride manifestante.

Foto: Nelson Almeida/AFP

# É preciso lutar, é possível vencer

▶ Ainda hoje há resquícios da ditadura enraizados na sociedade brasileira, que precisam ser definitivamente enterrados.

A Comissão da Verdade cumpre importante papel no resgate desse período e no levantamento da memória, mas deve avançar ainda mais e, além de apontar os culpados, julgar e puni-los pelos crimes que cometeram. Que os 50 anos de Golpe Militar abram ainda mais os olhos da população para esse período sangrento da história brasileira. Ainda hoje há resquícios da ditadura enraizados na sociedade brasileira, que precisam ser definitivamente enterrados.

Dezenas de empresas que patrocinaram os governos militares e até mesmo as “casas de torturas” ainda financiam os governos de hoje. Praças, ruas e avenidas ainda homenageiam os torturadores e assassinos brasileiros. E ninguém foi punido pelas torturas, mortes e sequestros que cometeu.

Repressão a movimentos sociais, criminalização dos que lutam por seus direitos, ataques e limitações às

liberdades democráticas não são um caminho para o futuro que queremos construir para nosso país. Sinaliza para o passado que tanto lutamos – muitos perdendo sua própria vida – para superar.

Recordar os 50 anos do Golpe, especialmente os sacrifícios daqueles que derrubaram o regime em 1985, é ainda mais importante num momento em que os trabalhadores e juventude voltaram a ocupar as ruas em grandes manifestações, enfrentando a truculência da polícia militar, e que a classe operária vem retomando seu principal método de luta, com a realização de greves.

O ano de 2013 mostrou que as mobilizações de rua e a organização são importantes armas para mudanças. Num exemplo de que é possível vencer, foi possível abaixar as tarifas do transporte público em várias cidades do país, mesmo diante do forte aparato repressivo do Estado. As reivindicações do povo que foi às ruas vão muito além dos 20 centavos.

Outro exemplo importante foi a greve dos garis do RJ que enfrentou ameaças de um forte aparato repressivo. O prefeito apelou para a força física, colocando a polícia para obrigar os garis a trabalharem. Chegou a contratar até uma empresa privada de segurança para cumprir esta função. Mas os garis não se deixaram intimidar.

Infelizmente, hoje a repressão e a criminalização ganharam uma nova roupagem. Quem luta por direitos fundamentais (como educação, transporte e moradia), em defesa de serviços públicos dignos para a população, está sendo atacado.

Só nos três primeiros protestos realizados em São Paulo já foi superado o número de presos das jornadas de junho do ano passado. Além disso, seis companheiros luta-

dores de Porto Alegre, entre eles Matheus Gomes, dirigentes da ANEL no Rio Grande do Sul, foram indiciados por um inquérito montado pela polícia civil, acusados de formação de milícia privada, posse e emprego de explosivos, entre outras bizarrices. Trata-se de um inquérito político, uma aberração jurídica. Uma afronta aos direitos constitucionais de livre expressão, manifestação e organização.

O inquérito se formou ainda no ano passado, após as Jornadas de Junho. Os seis companheiros são parte do Bloco de Lutas, que organizou as manifestações na cidade gaúcha, inclusive a ocupação da Câmara dos Vereadores em defesa do transporte público, conquistando a revogação do aumento da passagem. Na formação do inquérito, a polícia civil chegou a invadir suas casas e apreender objetos pessoais, como celular, computador, e até mesmo textos marxistas.

É preciso exigir o arquivamento de todos os inquéritos que investigam os manifestantes e a punição dos policiais e governos responsáveis pelos atos de violência! Também é preciso defender a desmilitarização da Polícia Militar e o fim da Tropa de Choque! Lutar não é crime!



3º Protesto Contra as Injustiças da Copa do Mundo, em São Paulo.

Foto: Junior Lago/UOL/FolhaPress



Garis enfrentam a Tropa de Choque da polícia.

Fonte: Google